



FCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

RELATÓRIO CIENTÍFICO
PROJECTO #ON_SEX
DIREITOS SEXUAIS E JOVENS
VULNERÁVEIS

Daniel Cardoso

Ana Jorge

Cristina Ponte

Eduarda Ferreira

(Membros da equipa EU Kids Online Portugal)

Lisboa, Fevereiro 2016

Índice

Sumário Executivo.....	4
Jovens e sexualidades em Portugal – Contexto Nacional.....	5
Educação e Sexualidade.....	5
Tecnologia e Juventude.....	6
Vivências sexuais e afectivas de jovens em Portugal.....	8
Projecto #ON_Sex – Estrutura e componentes.....	11
Enquadramento do EU Kids Online Portugal no Projecto #ON_Sex.....	11
Apresentação, objectivos, parceiros.....	11
Referencial de Formação.....	13
Acções de Formação.....	14
Manual de Sugestões.....	15
Jogo Interactivo.....	16
Página de Facebook.....	17
Campanhas.....	18
Sexualidade em Linha.....	20
Encontros de Jovens.....	20
Seminário de Encerramento.....	21
Projecto #ON_Sex – Análise de actividades.....	22
Referencial de Formação.....	22
Acções de Formação.....	23
Manual de Sugestões.....	25
Jogo Interactivo.....	26
Página de Facebook.....	31
Campanhas.....	32
Sexualidade em Linha.....	32
Encontros de Jovens.....	33
Seminário de Encerramento.....	34
Direitos, Vulnerabilidades, Tecnologias e Sexualidades – Tensões e dinâmicas contemporâneas.....	35
Bibliografia.....	37
Anexo 1 – Cronograma.....	39
Anexo 2 – Relatórios de observação participante.....	41

Sessão 1 – 13/02/2015, Lisboa, Daniel Cardoso.....	41
Sessão 2 – 20/02/2015, Lisboa, Daniel Cardoso.....	50
Sessão 3 – 27/02/2015, Lisboa, Ana Jorge	58
Sessão 4 – 05/10/2015, Lisboa, Daniel Cardoso.....	64
Sessão 5 – 12/10/2015, Lisboa, Daniel Cardoso.....	70
Sessão 6 – 19/10/2015, Lisboa, Daniel Cardoso.....	72
Anexo 3 – Memórias descritivas das Formações	76
Sessão Experimental – 28 Nov. 2014 – 16 Jan. 2015.....	76
Sessão Porto – 13 Fev. – 27 Fev. 2015.....	84
Sessão Coimbra – 13 Fev. – 6 Mar. 2015.....	92
Sessão Faro – 13 Fev. – 27 Fev. 2015	100
Sessão Lisboa – 13 Fev. – 27 Fev. 2015.....	105
Sessão Ansião – 15 Jun. – 30 Jun. 2015	109
Sessão Lisboa – 5 Out. – 19 Out. 2015.....	114
Sessão Madeira – 12 Nov. – 25 Nov. 2015.....	119
Anexo 4 – <i>Feedback</i> das instituições em parceria	125
IPDJ	125
APF.....	125
Programa Escolhas	126

Sumário Executivo

Este Relatório Científico foi apresentado pela Equipa EU Kids Online Portugal, a partir da sua participação no Projecto #ON_Sex, liderado pela Associação para o Planeamento Familiar (APF), com financiamento parcial da Fundação Calouste Gulbenkian. Junto com estes dois parceiros, estão ainda o Programa Escolhas e o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ).

Após uma breve contextualização sociocultural no campo da juventude e sexualidades em Portugal, o Relatório apresenta os parceiros e objectivos, descreve e analisa as iniciativas desenvolvidas durante a duração do Projecto, tendo como base a observação participante, a análise documental dos materiais produzidos e a recolha de registos de participantes.

Em termos gerais, o Projecto #ON_Sex conseguiu cumprir os objectivos técnicos a que se propôs, que resultaram na produção de documentação e recursos pedagógicos e lúdico-pedagógicos de grande relevância para a área dos Direitos Sexuais e a sua intersecção com a problemática da vulnerabilidade social.

Foram registadas dificuldades em conseguir realizar algumas iniciativas de acordo com o que estava calendarizado, mas todas foram levadas a cabo antes da data-limite do projecto. Se houve dificuldades numa fase inicial em conseguir chegar ao público-alvo final, jovens em situação de vulnerabilidade social, estão agora criadas as condições para que esse trabalho seja continuado de forma sustentada e mesmo auto-gerida, através da disponibilização pública dos *outputs* gerados pelo Projecto.

O Relatório termina com considerações sobre os desafios de implementação deste Projecto, associados às dificuldades específicas que Portugal tem com a questão da sexualidade, e com a referência ao impacto futuro e de longo prazo que estas ferramentas, e a sua adaptabilidade intrínseca, podem trazer a estas populações. O papel das novas tecnologias é referido como fundamental, tanto para essa adaptabilidade como no estabelecimento de uma relação mais interactiva e autónoma entre os jovens e o seu reclamar de Direitos Sexuais.

Jovens e sexualidades em Portugal – Contexto Nacional

Educação e Sexualidade

É fundamental, para compreender o contexto deste projeto, olhar para as alterações do nível de vida, do nível educativo, do regime político, da experiência de religiosidade, das mudanças nas práticas e costumes face aos jovens, das políticas públicas que a eles são dirigidas; e também para as práticas que os próprios jovens relatam, ao nível das sexualidades e da sua relação com as novas tecnologias.

Com a queda generalizada da taxa de natalidade, importa também considerar mudanças na experiência de pertencer a uma família. A forma como as relações entre jovens e figuras parentais se têm transformado – com a “relativa dissolução de vínculos de respeitabilidade” faz surgir, por vezes, “uma falta de controlo educativo” que, ao mesmo tempo, está associada a “relacionamentos mais igualitários, de companheirismo” entre pais e filhos, como realça o sociólogo José Machado Pais (2012, 29, 30).

As questões em torno da Educação Sexual têm mobilizado tensões entre tendências progressistas e conservadoras. Em 2014, o diagnóstico ao estado de implementação do projeto educativo de Educação Sexual, que tem raízes no projecto-piloto de 1995, contou com a participação de metade (53%) das unidades orgânicas escolares. De acordo com as respostas ao inquérito conduzido pela equipa liderada por Margarida Gaspar de Matos, da Universidade de Lisboa, 99% dessas unidades implementavam uma ou mais iniciativas na área da Educação Sexual, e 83% cumpriam a carga horária estipulada. A maior parte das iniciativas eram conferências ou acções de formação dinamizadas por agentes externos à escola (93%), ao passo que recursos como a internet se ficavam por 52% dos casos. Na integração com as actividades escolares, a disciplina de Ciências Naturais (no ensino básico) e a de Biologia (no ensino secundário) eram as mais convocadas a fornecer informação sobre o assunto. Apenas dois terços dos Conselhos de Turma destas unidades orgânicas tinham um professor responsável pelo projecto de Educação Sexual; apenas 60% das actividades envolveram participação activa dos alunos; e só 54% das unidades orgânicas classificam como “muito importante” a participação dos alunos na sua organização. Apesar de o estudo destacar que a legislação em vigor está a ser cumprida, é de notar que os alunos desejam maior envolvimento e protestam contra a repetição de conteúdos, orientados sobretudo para a fisiologia e ciências naturais. Essa orientação coloca em desvantagem os alunos que não tenham, no ensino secundário, a disciplina de Biologia e gera a percepção de uma pedagogização positivista da sexualidade.

A questão da orientação sexual raramente é abordada, pois os projectos são orientados numa vertente médico-sanitária, surgem demasiado tarde, quando os jovens já iniciaram actividade sexual, e incidem essencialmente nos aspectos biológicos da sexualidade”, como sublinham Susana (Marinho, Anastácio, e Carvalho 2011, 22).

É necessário introduzir outros elementos: o papel e o impacto que a educação sexual tem (ou pode ter) no que toca à gestão dos riscos associados à sexualidade e as possíveis barreiras ou limitações. A primeira limitação talvez sejam os próprios jovens, através do impacto da cultura de pares: de acordo com o estudo sobre Educação Sexual nas Escolas, 71% dos jovens auscultados sentem-se “pouco à vontade” para falar de educação sexual com os professores, enquanto 83% se sentem “muito à vontade” para falar com os amigos, uma discrepância que resulta no recurso frequente ao grupo de pares como fonte principal de informação, fazendo destes um elemento importante nas atitudes dos jovens.

Por outro lado, e considerando-se o passado recente, é compreensível que os pais portugueses não se sintam à vontade para falar com os seus filhos sobre sexo (Matos *et al.* 2009, 155), nem vice-versa: 57,6% dos jovens auscultados sentem-se “pouco à vontade” para o fazer, como revela também o estudo sobre Educação Sexual coordenado por Margarida Gaspar de Matos; e mesmo as escolas parecem ser pouco capazes de chamar a si uma fatia considerável dos educadores para que eles possam, por sua vez, ser educados. Também os jovens trabalham através desses “silêncios cúmplices”, em que os filhos “fingem ignorar o fingimento dos pais” acerca do que os próprios jovens sabem, e onde fazer perguntas pode ser visto, pelos pais, como uma forma de provocação juvenil, como destacam José Machado Pais (2012) e Cristina Pereira Vieira (2012).

Procurando compreender qualitativamente como é que questões identitárias são construídas em torno do ensino da sexualidade na escola, Paula Vieira (2010) salienta que as práticas e discursos educativos e curriculares são penetrados pela crença de que “a heterossexualidade se assume como superior a outras formas de identidade” e que “ainda não existe uma efectiva pedagogia da sexualidade”.

Tecnologia e Juventude

Impulsionado por fundos europeus, 2005 foi o ano que viu nascer o Plano Tecnológico, que teve como um dos seus projectos o programa *Ligar Portugal*, lançado em 2006, com uma vertente para a acção sobre a comunidade escolar (Ponte 2011, 2). Um dos

resultados deste programa foi a iniciativa e-Escolas e e-Escolinhas, cujo objectivo foi fornecer o acesso de um grande número de estudantes, e suas famílias, a portáteis de baixo custo e ligações à internet, mediante acordos com as empresas de telecomunicações e subsídios estatais que variavam com o escalão socioeconómico das famílias em questão. No total, e de acordo com o *site* do e-Escola, foram entregues 1.371.698 portáteis em Portugal, até a iniciativa ter sido suspensa em Janeiro de 2011, sendo que, destes, 412.909 foram entregues ao abrigo do e-Escolinha e 476.067 ao abrigo do e-Escolas.

Isto fez com que, de acordo com os dados do inquérito europeu *EU Kids Online*, realizado em 2010, Portugal estivesse à frente na posse de computadores portáteis, tanto pessoais (65%) como partilhados (35%), embora em muitos outros indicadores sociodemográficos e económicos estivesse ao nível dos outros países da Europa do Sul. Aliás, basta olhar para os tempos de acesso para ter uma noção deste desfasamento – os jovens portugueses eram dos que menos tempo passavam na internet (Ponte *et al.* 2012).

De acordo com dados do INE, de Novembro de 2011, 92% dos residentes em Portugal com idades entre os 16 e os 74 anos utilizavam telemóvel, sendo que 34% desses telemóveis tinham ligação à internet; a taxa de penetração de telemóveis situava-se nos 140%, a quarta maior da Europa. Dados do mesmo instituto, de Março de 2015, dão conta de uma queda no número de equipamentos a partir de 2011, com as informações mais recentes, de 2013, a apontar para os cerca de 19 milhões de equipamentos; 39% dos portugueses usaram a internet no telemóvel nesse mesmo ano.

Segundo os dados nacionais do projecto *Net Children Go Mobile* (NCGM), realizado em 2014, 47% dos jovens acediam à internet no telemóvel apenas através do uso de redes *wireless* gratuitas, e não através de um plano de dados móveis (Simões *et al.* 2014). Os dados do OberCom colocam a utilização de internet, por todos os meios, na faixa etária dos 15 aos 24 anos nos 94% (Cardoso *et al.* 2014) em 2013, ao passo que o INE apresenta uma percentagem de 97,9% em 2013 para a faixa entre os 16 e os 24 anos, e 98% para 2014.

Outro elemento de que convém dar conta é a discrepância entre o que filhos e pais reportaram no estudo realizado pelo *EU Kids Online*, no que toca a comportamentos sexualizados com os *media*: se 13% dos jovens admitiu ver imagens sexuais na internet, apenas 4% dos pais deram a mesma resposta sobre os seus filhos, sobreavaliando a exposição no caso de rapazes, e subavaliando-a no caso de raparigas, numa extensão do duplo padrão sexual (Ponte *et al.* 2012).

Abordando a questão de forma qualitativa, Machado Pais aponta para as várias transformações que os *media* vieram introduzir nas vidas dos jovens. Perante o recuo dos discursos moralistas de ordem religiosa, a televisão torna-se uma fonte de modelos de referência mais facilmente acessível, a par das revistas e da internet, permitindo a incorporação de diferentes espaços morais no mesmo contexto de experiência dos jovens, que desenvolvem uma “sensibilidade tecnossocial”, mas também suscitando o receio, por parte dos pais, de que o computador constitua uma “ameaça à integridade moral dos filhos”, como refere o sociólogo (2012, 105).

Por seu lado, o telemóvel e a internet permitem aos jovens negociar uma maior autonomia e liberdade de deslocação física, e criar espaços de intimidade e de comunicações privadas, independentemente do sítio físico onde se encontram num dado momento; o telemóvel também pode ser usado pelos pais como forma de controlo, sabendo onde os filhos estão, ou usando os carregamentos ou a remoção do próprio aparelho como possíveis punições. Junto com estes novos meios de comunicação vêm novas exigências performativas de estatuto social: do número de amigos nas redes sociais ao número de mensagens que se recebem; e novos perigos também: o direito à privacidade das SMS e das chamadas no contexto do namoro já faz parte das mensagens institucionais anti-violência.

Vivências sexuais e afectivas de jovens em Portugal

De acordo com o estudo *Health Behaviour in School-Aged Children* (HBSC) de 2010, dirigido em Portugal por Margarida Gaspar de Matos (Matos *et al.* 2011), apenas 17% dos jovens inquiridos já tinha tido relações sexuais; os rapazes tendem a começar mais cedo que as raparigas, e a responderem mais “sim” a esta pergunta, havendo também predominância por parte das raparigas no uso de métodos contraceptivos na sua primeira relação sexual. Dos jovens que frequentam o 8º ano e o 10º ano, 52% assinalaram que a decisão era conjunta; 35% responderam ser o rapaz a tomar a iniciativa. Também entre estes jovens, 62% declararam sentir-se “à vontade” para recusar ter relações sexuais sem usar preservativo, se o par não quiser, menos do que o dos que disseram sentirem-se “à vontade” para recusar fazer sexo por não querer (69%).

Há um elemento específico quando se comparam os resultados deste último estudo com os anteriores: o número de jovens que afirma já ter iniciado a sua vida sexual tem

vindo a descer nos últimos anos (de 24% em 2002 para 22% em 2010). A nova edição do estudo, de 2015, (Matos *et al.* 2014; Matos *et al.* 2015) mantém a situação de descida no que diz respeito ao início da vida sexual: se se considerarem apenas os alunos de 8º e 10º anos, 16% disseram ter iniciado a vida sexual; se a esses se juntarem os alunos de 6º ano, o valor desce para 13%; mantém-se a tendência para mais rapazes do que raparigas afirmarem já ter iniciado a sua vida sexual. Ainda assim, mais de 75% dos jovens do 8º e do 10º anos disseram já ter tido ou estar actualmente num relacionamento amoroso.

Entre os jovens que já tiveram relações sexuais, 71% disseram ter usado preservativo na sua primeira relação sexual, valor semelhante ao dos que disseram ter usado na mais recente relação sexual. Quando lhes foi pedido que reflectissem sobre a primeira vez que tiveram relações sexuais, 44% dos jovens disseram querer “que acontecesse naquela altura”, ao passo que 5% disseram que “não [queriam] realmente ter tido relações sexuais”. Comparando estes dados com os do estudo *Saúde e Sexualidade* (Ferreira e Cabral 2010), onde 79% dos rapazes e 83% das raparigas (18-24 anos) disseram ter usado preservativo, aponta-se para uma diminuição recente no uso de preservativos aquando da primeira relação sexual. Um outro fenómeno a ter em conta, associado ao início da atividade sexual conjunta, é a diminuição do uso da prostituição (no caso dos rapazes) como forma de resolver o ‘problema’ da virgindade masculina (Ferreira 2010; C. P. Vieira 2012).

Como alerta José Machado Pais, estas transformações, passíveis de serem pensadas à luz das recentes transformações políticas e sociais por que Portugal passou, não foram súbitas. Se a geração dos avós destes jovens ainda sacralizava a virgindade enquanto marca de pureza feminina, a geração dos pais (dos anos 60/70) já marcava a importância do prazer sexual; actualmente as dinâmicas dos jovens parecem estar ligadas a uma multiplicação de diferentes e subtis marcadores relacionais (o “andar”, a “curte”, a diferença entre o “gostar” e o “amar”). Se essas dinâmicas são relativamente recentes, já não o são as reinscrições constantes do duplo padrão sexual: as raparigas vistas como predadoras ou vadias quando expressam a sua vontade sexual, e os rapazes como heróis ou como agindo apenas segundo impulsos sexuais ‘naturais’ pelos quais não são responsabilizáveis (C. P. Vieira 2012, 184).

As práticas sexuais da média dos jovens portugueses têm vindo a apresentar transformações semelhantes a outros países – como o início cada vez mais tardio da atividade sexual, apesar da retórica dominante – mas também apresentam dados

preocupantes ao nível da saúde sexual, como contextos coercivos ou acrílicos de início de actividade sexual, ou falta de uso de métodos de barreira na actividade sexual. Porém, o que estes dados não permitem perscrutar são as especificidades demográficas de jovens não-brancos, de jovens em condições socioeconómicas de especial vulnerabilidade, ou com menos acesso a recursos formativos. A intersecção destas características tende a estar associada a situações de maior desvantagem, que se traduzem maiores riscos pessoais, sociais ou de saúde. Isso pode, neste contexto, traduzir-se em maior incidência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), maior incidência de gravidezes não planeadas, e menor consciência do que são os Direitos Sexuais e de que papel têm na interacção interpessoal, íntima ou não.

Projecto #ON_Sex – Estrutura e componentes

Enquadramento do EU Kids Online Portugal no Projecto #ON_Sex

Integrada na rede europeia EU Kids Online desde o seu início, em 2006, a equipa portuguesa tem vindo a marcar a investigação na área dos jovens e do uso da internet e novas tecnologias em Portugal. Ao mesmo tempo, os diversos interesses de investigação dos membros da equipa têm funcionado como um eixo de mobilização para pesquisa e intervenção em diferentes áreas e problemáticas sociais.

Uma dessas áreas tem que ver com questões de género e sexualidade, e outra com as questões de desigualdade social e económica. Nessa perspectiva, a APF convidou a equipa portuguesa do EU Kids Online para colaborar com o seu estudo.

O papel desempenhado pela equipa EU Kids Online foi duplo:

- em primeiro lugar, um acompanhamento de consultoria aos vários elementos do projecto, sugerindo conteúdos, abordagens e boas práticas nas áreas que caem dentro das competências e especialidade da investigação realizada na rede EU Kids Online, mencionadas supra;
- em segundo lugar, o acompanhamento de variados momentos de implementação do projecto, através de observação participante ou outras metodologias consideradas adequadas para a preparação de uma avaliação crítica do impacto e execução do projecto.

Assim, e sempre que possível, iniciativas organizadas durante o Projecto receberam comentários da equipa, no sentido de auxiliar, através de conhecimento retirado da investigação, a reflexão sobre os múltiplos papéis que a internet pode ter na vida dos jovens, as tendências internacionais e nacionais, e as especificidades da situação em Portugal.

Apresentação, objectivos, parceiros

O projecto #ON_Sex surge da verificação, no terreno, de lacunas que se intersectam, e que estão relacionadas com diferentes campos de literacia, junto dos jovens em situação de vulnerabilidade social em Portugal: literacia sobre sexualidade e saúde

sexual, literacia sobre os novos *media* e tecnologia, literacia sobre Direitos Humanos e, dentro destes, sobre Direitos Sexuais.

A par destas lacunas, e como reportado acima, os jovens portugueses continuavam a ser utilizadores dedicados de tecnologia, e em particular de redes sociais, com destaque para o Facebook no momento da realização deste projecto. Isto abre espaços com dinâmicas próprias, mas também traz consigo versões adaptadas dos mesmos desafios que se colocam nas suas interações frente-a-frente – tanto existe o potencial para a obtenção de mais recursos e estímulos valorizados positivamente pelos jovens, dentro do campo das sexualidades, como se abrem novas formas para a prática de violência de género e discriminação contra sexualidades consideradas alterizadas.

Assim, o projecto #ON_Sex vem tentar mobilizar a apetência pelo uso da tecnologia – que é quantitativamente menor ou mais limitada no caso de jovens em situações de vulnerabilidade social – para, a partir daí, sensibilizar os jovens para as questões dos Direitos Sexuais e promover a sua participação crítica na defesa desses mesmos direitos no quotidiano das suas vidas, salvaguardando-os para si mesmos e para os seus pares.

Esta necessidade específica é especialmente importante na medida em que a formação sobre sexualidade que os jovens tendem a receber, em contexto de sala de aula ou a nível mais informal, prende-se frequentemente com questões de tipo prático, dificultando que tenham uma percepção de si mesmos enquanto detentores de direitos, algo que é fundamental para o exercício pleno da sua cidadania.

Para ampliar as suas noções de cidadania, para tornar estes jovens conscientes de que são detentores de direitos – entre os quais os Sexuais – a APF criou o desenho de base do projecto #ON_Sex a partir da sua vasta experiência na área dos Direitos Sexuais e também no trabalho com populações vulneráveis. Como parceiros constaram o EU Kids Online Portugal, da Universidade Nova de Lisboa; o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), através do programa Sexualidade em Linha; e o Programa Escolhas. Cada uma destas organizações trouxe particularidades e competências específicas ao trabalho desenvolvido: o programa Sexualidade em Linha tem uma vasta experiência de contacto com jovens de vários perfis, e de uso das novas tecnologias para disseminar informação e para estabelecer linhas de contacto, tanto com jovens como com adultos. Esta experiência traz consigo uma percepção muito situada e actual sobre quais são as

principais necessidades no terreno. O Programa Escolhas, por seu lado, tem uma importância estratégica fundamental, na medida em que desenvolve iniciativas que já envolvem – em alguns casos com tradição de alguns anos – jovens de comunidades em situação de vulnerabilidade social, ao mesmo tempo que toma a inclusão digital como uma das suas prioridades. A equipa do EU Kids Online, como explanado acima, traz consigo o enquadramento científico que permite uma visão mais alargada de dinâmicas sociais em torno da tecnologia e da cidadania dos jovens.

Para este Projecto foi produzido um Referencial de Formação, um Manual de Sugestões e um Jogo Interactivo.

Referencial de Formação

O Referencial de Formação serve como base e guia do processo e dos conteúdos produzidos. O seu objectivo é o de capacitar jovens identificados enquanto referências nas suas comunidades e adultos que trabalhem com jovens em contextos sociais de risco, no uso das várias ferramentas desenvolvidas para o projecto #ON_Sex, e outras já anteriormente criadas. Este documento destina-se não aos destinatários finais do projecto, mas às pessoas que vão trabalhar com os destinatários finais: monitores de Inclusão Digital, técnicos de acção social, psicólogos e professores. O documento foi elaborado internamente pela APF, em preparação para as acções de formação que se seguiram.

O Referencial de Formação corresponde ao momento mais centralizado do processo, uma vez que requer formadores já familiarizados com o material e com os conceitos subjacentes à ideia de Direitos sobre Sexualidades, Saúde Sexual e Reprodutiva, que possam depois transmitir esses mesmos conhecimentos aos formandos.

A formação está pensada num modelo de *blended-learning* (*b-learning*), que implica uma componente presencial e uma componente diferida, *online*, num total de 30 horas (21 presenciais e 9 *online*). O Referencial compreende três grandes áreas de formação:

- Direitos Sexuais e Jovens, com conceitos básicos da área e documentação conexas;
- Estratégias de Trabalho em Direitos Sexuais, onde são introduzidos conceitos sobre trabalho com jovens nesta área e onde é explorado o papel que os dinamizadores podem ter nesse processo;

- Recursos em Direitos Sexuais, que explora as ferramentas digitais desenvolvidas no contexto deste projecto, bem como outros recursos existentes e que mobilizam a internet enquanto ferramenta e estimulante de participação jovem.

A componente de *b-learning* estimula os formandos a tomar contacto com a história dos Direitos Sexuais e Reprodutivos em contexto nacional e internacional, e a reflectir criticamente sobre o seu próprio papel potencial nesse processo, que poderão exercer através do seu papel de dinamizadores destes recursos junto de jovens em situação de precariedade social.

Acções de Formação

As Acções de Formação constituíram a aplicação prática do Referencial de Formação, detalhado acima. Para a sua realização, foram abertas inscrições em vários momentos e em vários pontos do país. Antes tinham tido lugar duas acções de sensibilização – uma em Lisboa e outra no Porto – de forma a chamar a atenção para as Acções de Formação que se iriam realizar em breve.

As acções de sensibilização decorreram a 3 e a 7 de Novembro de 2014 (Porto e Lisboa, respectivamente). Estiveram presentes 17 pessoas no Porto e 21 em Lisboa. Na sua quase totalidade, os participantes nas acções eram monitores de Centros de Inclusão Digital (CID) ou dinamizadores comunitários de centros apoiados pelo Programa Escolhas. Este público-alvo foi visado em virtude da parceria com o Programa Escolhas, e na medida em que boa parte destes dinamizadores trabalham com o público-alvo final (jovens em situação de vulnerabilidade social) e com os meios desejados (os CID). Outros participantes vieram de centros culturais, associações de escolas, associações juvenis, instituições de protecção de crianças e jovens, e centros do IPDJ, para além de organizações feministas, entre outras. De modo a testar o Referencial de Formação em contexto prático, foi feita uma primeira Acção de Formação, experimental, no Porto, entre 28 de Novembro de 2014 e 16 de Janeiro de 2015. Também aqui a larga maioria dos participantes veio de centros do Programas Escolhas, tendo vários o papel de dinamizadores comunitários (portanto, sendo parte das respectivas comunidades onde se pretende alcançar os jovens).

Decorreram as seguintes formações:

- Porto, 13/02/2015 – 27/02/2015 (emitidos 10 certificados de conclusão)

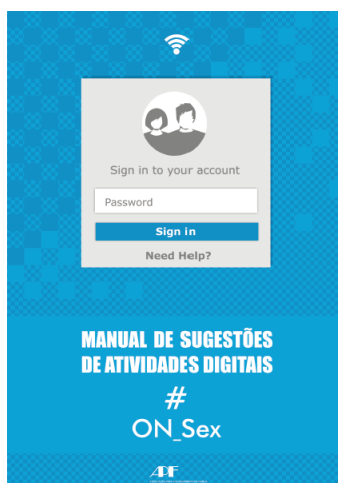
- Coimbra, 13/02/2015 – 27/02/2015 (emitidos 12 certificados de conclusão)
- Faro, 13/02/2015 – 27/02/2015 (emitidos 18 certificados de conclusão)
- Lisboa, 13/02/2015 – 27/02/2015 (emitidos 10 certificados de conclusão)
- Ansião, 15/06/2015 – 30/06/2015 (emitidos 12 certificados de conclusão)
- Lisboa, 05/10/2015 – 19/10/2015 (emitidos 25 certificados de conclusão)
- Madeira, 12/11/2015 – 25/11/2015 (emitidos 13 certificados de conclusão)

No total destas formações – incluindo os 10 certificados da acção experimental do Porto – estiveram envolvidas 110 pessoas.

Na medida em que vários momentos de formação foram frequentados por pessoas que não se conheciam, foi fundamental recorrer a alguns exercícios de ‘quebrar o gelo’, para os quais foi fulcral a experiência dos formadores da APF.

Como explicado acima, esta fase do Projecto foi fundamental, ao permitir que pessoas de diferentes contextos tivessem acesso aos materiais produzidos pela APF em colaboração com os outros parceiros, criando uma base de trabalho que irá ter um impacto alargado no tempo, ao identificar possíveis colaborações futuras, e também ao permitir a disseminação das ferramentas (digitais ou não) incluídas no Manual de Sugestões, e pensadas a partir do Referencial de Formação.

Manual de Sugestões



O Manual de Sugestões de Atividades Digitais #ON_Sex foi elaborado pela psicóloga, terapeuta sexual e formadora Sónia Araújo, como complemento à formação em «Educação para os direitos sexuais com jovens em ambiente digital», e como recurso autónomo. O Manual foi editado *online* em formato PDF e disponibilizado aberta e gratuitamente no site da APF, de forma a ter a máxima divulgação possível entre os públicos-alvo, sobretudo técnicos e professores que trabalham com jovens em contexto de vulnerabilidade social.

Este recurso reúne propostas de atividades para aprofundar e trabalhar os direitos sexuais elencados na Declaração da *International Planned Parenthood Federation*, de 2008. As propostas de atividades totalizam aproximadamente 50 horas de trabalho. A aplicação das atividades poderá ocorrer de forma individual ou em grupos de jovens em contexto de vulnerabilidade social.

Essas propostas tiram partido do ambiente digital, relacionando para cada atividade o tema trabalhado, os objetivos e os direitos sexuais implicados. Existe uma descrição explicativa dos passos a seguir, *links* (vídeos, campanhas, sites) para páginas a consultar, e referências à monitorização da atividade, essencial para o seu propósito educativo. Outra dimensão em que o Manual retira partido da lógica do digital tem que ver com o convite à partilha das percepções e conclusões dos participantes sobre o tema trabalhado em cada atividade no meio digital, remetendo-se para a página Facebook do projeto.

As atividades são dirigidas em largo espectro, cabendo ao dinamizador adequar ao seu público, em termos de idade, contexto de vida, situação familiar, habilitações académicas e literacia, e em termos de trabalho individual ou em grupo.

A produção deste Manual de Sugestões constitui um dos elementos mais importantes do projecto #ON_Sex, na medida em que representa a junção da temática dos Direitos Sexuais com o uso das novas tecnologias, num sistema participativo e em ambiente de jogo, que promove a discussão e o assumir de posições pessoais sobre assuntos complexos.

Jogo Interactivo

O jogo interactivo #ON_Sex foi outra das principais produções do projecto, e envolve várias componentes. Graças às suas características técnicas: o facto de ser gratuito,

livremente acessível e facilmente utilizável em vários tipos de plataformas (inclusive plataformas móveis), o jogo é mais apelativo em situações informais e não-estruturadas. A dinâmica de jogo é utilizada como incentivo à participação, em especial de adolescentes e jovens adultos, com enfoque em jovens em situação de vulnerabilidade social. A estratégia de *gamification* potencia um envolvimento que não é identificado com a aprendizagem através de esquemas formais e expositivos.

As actividades do jogo dividem-se em quatro áreas: Género e Violência de Género; Planeamento Familiar; Saúde Sexual e Prazer; Sexualidade e Projecto de Vida. Dentro de cada uma existem vários tipos de mini-jogos, que geralmente implicam exercícios de escolha múltipla por entre várias opções. Consoante o tema e o mini-jogo escolhido, tanto pode tratar-se de encontrar as definições certas para um conjunto de termos, como fazer uma avaliação pessoal de uma situação-tipo apresentada. Mais do que pretender ensinar um conjunto fixo de informações sobre sexualidade e saúde sexual, o jogo pretende promover o pensamento crítico através do desafio à reflexão sobre cenários que se podem colocar no dia-a-dia de quem utiliza o jogo.

Outra componente é a da certificação: os utilizadores podem ser testados sobre os conhecimentos que adquiriram ao longo da sua interacção com o jogo e, a partir daí, obter por parte da plataforma o reconhecimento da sua aquisição de saberes e competências de gestão de questões associadas com sexualidade, saúde sexual, discriminação de género, entre outras. Existe também um glossário para consulta rápida de termos que possam ser pouco claros. Mesmo que os jovens não consigam acertar nas respostas de avaliação – ou nos outros jogos – a plataforma oferece *feedback* construtivo sobre o que foi feito, de maneira a auxiliar o jovem a fazer uma nova tentativa no mesmo jogo, ou a passar para outro.

Pela sua grande complexidade técnica a nível da construção da plataforma online, à altura da redacção deste Relatório, o jogo estava ainda a terminar a fase de testes públicos, em que era recolhido o *feedback* enviado por utilizadores vindos de vários contextos. Espera-se que a versão final esteja disponível durante Fevereiro de 2016.

Página de Facebook

Foi criada, no arranque deste projecto, uma página do Facebook – ON_Sex –, com o objectivo de dar a conhecer as actividades dinamizadas ao longo da duração do mesmo.

Um segundo objectivo visou a promoção de debate e diálogo em torno de questões sobre direitos sexuais, em especial envolvendo directamente os jovens destinatários finais do projecto. Em terceiro lugar, a página serve como meio de divulgação para medidas, notícias e alertas em torno dos temas tratados pelo projecto.

Desta forma, mesmo depois de as acções de formação terem terminado, e mesmo em casos em que os dinamizadores que trabalham com jovens não têm disponibilidade ou possibilidade de manter um acompanhamento mais diverso, ao nível de temáticas ou de tempo investido, continua a existir um recurso para o qual esses jovens podem ser reencaminhados.

Os conteúdos da página são curados e dinamizados pela APF, e consistem maioritariamente na partilha de *links* informativos, em Português, que ocasionalmente são acompanhados de pedidos de posicionamento a quem vê essas partilhas. Procura-se que os conteúdos sejam mobilizáveis pelos próprios jovens e lhes confirmem conhecimentos e informações que os mesmos possam utilizar no seu quotidiano, para além de ficarem mais adequadamente informados acerca do contexto social e legal em torno dos direitos sexuais em Portugal.

Campanhas

No total do projecto, houve quatro campanhas de divulgação e sensibilização para o projecto e para as temáticas, três delas através do Facebook e uma presencial. Foram:

1. O lançamento da página de Facebook (25 de Novembro de 2015);
2. Uma campanha através da página do Facebook pelo Dia dos Namorados (14 de Fevereiro de 2015); com postais digitais a serem divulgados no Facebook por várias páginas associadas à APF;
3. Uma presença física, com actividades, nas iniciativas do Dia Internacional da Juventude, no Jamor (12 de Agosto de 2015), em que a temática foi a violência de género, e com a participação de vários jovens nas actividades promovidas; ao mesmo tempo, uma iniciativa paralela em colaboração com o serviço Sexualidade em Linha colocou vários jovens a discutir sobre Direitos Sexuais, e a obter mais informações;

4. Uma campanha através da página do Facebook dedicada à questão dos direitos sexuais em contexto de *cyberbullying* (23-30 de Novembro de 2015).

O lançamento da página do Facebook permitiu uma rápida disseminação da existência do projecto; no entanto, e como referido na secção de análise de resultados, a divulgação teve algumas dificuldades em alcançar o público-alvo final, especialmente nesta primeira fase.

A campanha de 14 de Fevereiro ligou uma efeméride famosa e associada com relações amorosas e sexuais à reflexão sobre Direitos Sexuais, lembrando a importância de questões de diversidade, do namoro como um sítio potencial para violência de género, e para valores como a privacidade, particularmente relevante em contexto digital, uma vez que telemóveis ou contas em redes sociais têm cada vez mais informações pessoais sobre quem os usa.



As actividades no Jamor incluíram a participação dos jovens num pequeno *quizz* com a possibilidade de, depois, tirar uma fotografia junto de um cartaz da Sexualidade em Linha. O objectivo, caso o jovem desejasse, era que o próprio colocasse a fotografia nas suas redes sociais, de forma a criar mais visibilidade junto de jovens para a Sexualidade em Linha.

A campanha dedicada a alertar para situações de *cyberbullying* que envolvem violações de direitos sexuais consistiu na partilha de imagens com situações reais, pedindo a quem visse a imagem que se posicionasse e reflectisse sobre o acontecimento, para além de fornecer um *link* que elucidava ou acrescentava mais detalhes sobre o caso em questão.

Esta campanha foi precedida de uma ronda de pedidos de mais exemplos e situações, tanto por e-mail a parceiros-chave das organizações envolvidas no #ON_Sex, como através de imagem publicada no Facebook, como pode ver-se abaixo.



Sexualidade em Linha

O serviço de Sexualidade em Linha oferece esclarecimento de dúvidas relacionadas com sexualidade, saúde sexual e saúde reprodutiva, tanto através de telefone como através de e-mail. Este serviço foi recomendado e divulgado durante as acções de formação e estima-se que algumas das chamadas e e-mails tenham sido originados pela sensibilização feita pelo ON_Sex.

Encontros de Jovens

Durante o decorrer do projecto foram organizados dois Encontros de Jovens, um na zona de Lisboa (14 e 15 de Novembro de 2015) e outro na zona do Porto (27 e 28 de Novembro de 2015). Em ambos o acesso dos jovens ao evento foi facilitado pela disponibilização da Pousada da Juventude para o alojamento, uma vez que os Encontros decorreram durante dois dias.

O objectivo destes encontros foi trabalhar directamente com jovens, discutindo com eles os temas ligados aos Direitos Sexuais, e também procurar compreender mais aprofundadamente de que forma os jovens entendem o seu próprio papel na defesa e promoção dos Direitos Sexuais junto dos seus pares.

Em alguns aspectos, estes encontros emularam as acções de formação referidas acima, com adaptações tendo em conta os diferentes objectivos e pessoas envolvidas. A apresentação de alguns jogos e actividades propostos no Referencial de Formação permitiu a estes jovens não só exercitar competências de debate e reflexão em torno destes temas,

mas também entrar em contacto com ferramentas que poderão utilizar com pares ou em contextos mais formais.

Note-se que o perfil sociodemográfico da maior parte dos jovens que participou nestas actividades se encontra claramente acima dos destinatários finais do projecto, já que bastantes tinham formação superior, ou pertenciam a organizações formais. É de destacar, não obstante, que alguns jovens do Programa Escolhas também participaram nesta iniciativa, constituindo um dos contactos mais directos com o público-alvo final do projecto.

Seminário de Encerramento

O Seminário “Direitos Sexuais dos Jovens” decorreu no dia 2 de Dezembro 2015, na Fundação Calouste Gulbenkian.

O programa contou com representantes dos parceiros envolvidos no Projecto, que vieram apresentá-lo e detalhar os vários elementos que fizeram parte do mesmo, com especialistas nacionais e com representantes de várias organizações e grupos na área dos Direitos Sexuais e Género. Estes participantes promoveram uma reflexão acerca do papel da internet e novas tecnologias para a operacionalização das suas actividades, tanto *offline* como *online*. O programa contou ainda com a participação de um convidado internacional, Marco Scarcelli, da Universidade de Padova, Itália, com investigação em torno da utilização que os jovens fazem da internet e das novas tecnologias para fins associados com as suas vidas íntimas, com a sua sexualidade e com o consumo de *media* sexualizados.

A divulgação deste evento foi feita através de todos os parceiros do Projecto, da própria Fundação Gulbenkian, e do Facebook e outras redes sociais. O nível de inscrições (81) foi bastante elevado e acima do esperado por parte da organização. No total, o Seminário de Encerramento contou com a presença e participação de mais de 60 pessoas, que deixaram o seu registo.

Projecto #ON_Sex – Análise de actividades

Referencial de Formação

Este Referencial de Formação opera enquanto condensação dos principais objectivos do Projecto #ON_Sex, e marca o tom da iniciativa. Enquanto outras iniciativas de literacia focadas na sexualidade e saúde sexual têm uma abordagem mais próxima de questões práticas e apostam em saberes de ordem fisiológica, médica ou psicológica, este projecto enfatiza de forma mais central a questão dos Direitos.

Esta especificidade afecta o processo de formação de duas formas diferentes: em primeiro lugar, é menos provável que os formandos iniciais, ainda que possam ser literatos sobre questões de saúde sexual e reprodutiva, tenham conhecimentos aprofundados sobre a legislação e outra documentação vigente em torno dos *direitos* sobre sexualidade e reprodução; em segundo lugar, e pela lógica específica dos processos de cidadania activa e participativa que se pretendem fomentar através deste Projecto, o enfoque é menos colocado na aquisição de um conjunto fixo de saberes e mais na aquisição de competências de discussão e reflexão crítica sobre valores e princípios, bem como a sua aplicação prática em situações do quotidiano.

É assim que mais facilmente se entende a estrutura deste Referencial: a primeira parte serve para colocar os formandos a par dos princípios e documentos que dizem respeito aos Direitos Sexuais vigentes em Portugal – com uma perspectiva histórica e cultural – e a segunda parte fornece-lhes competências de dinamização de debates, sugestões de actividades para conseguir estimular discussão e posicionamentos críticos, e para problematizar o próprio envolvimento dos formadores (a nível pessoal, emocional e experiencial) no processo de disseminação de competências dentro desta área.

A terceira área lida mais directamente com os novos *media* – o foco é usar recursos que estejam disponíveis na internet, como vídeos, artigos e outros materiais interactivos, para suscitar discussão e promover reflexão por entre os destinatários finais da medida. Apesar da diversidade de meios considerados no contexto desta formação, é importante destacar que os direitos, as oportunidades e riscos relacionados com questões de sexualidade e saúde reprodutiva decorridos em contexto digital não são o elemento principal. De facto, utilizam-se aqui recursos digitais, mas o ambiente digital não é tido como preocupação central no desenrolar das dinâmicas precavidadas ou pressupostas nos exercícios de reflexão sobre direitos. Ainda assim, dada a natureza mais conceptual dos

materiais e do tema, seria simples adaptar os exercícios e materiais para contemplar também situações passadas em contexto digital.

O Manual de Sugestões, o Jogo e a página do Facebook #ON_Sex, que correspondem a algumas das principais produções realizadas no contexto deste projecto, tomam principal destaque no plano do Referencial, uma vez que constituem materiais originais. O Referencial cumpre o seu papel de apresentação e divulgação destes recursos, autonomizando o seu uso por parte dos formandos, que poderão depois utilizá-los junto dos jovens com que trabalham ou virão a trabalhar.

Acções de Formação

As acções de formação constituem o elemento do projecto que mais de perto foi possível à equipa do EU Kids Online acompanhar. Em quase todas as sessões de formação decorridas em Lisboa houve pelo menos uma pessoa da equipa a fazer o registo da sessão e também a participar, ocasionalmente, na discussão (para, por exemplo, esclarecer factos sobre uso das novas tecnologias decorrentes de investigação) e nos exercícios empregues pela formadora. Os resultados deste trabalho de campo podem ser consultados no Anexo 2, apenso a este documento.

No geral, e tomando as formações de Lisboa como exemplo, as pessoas que participaram nestas iniciativas estavam profundamente motivadas e dedicadas a explorar a fundo as questões colocadas durante a formação. Não obstante, essa motivação não era sempre acompanhada de algumas das competências pressupostas pelo processo de formação – em alguns casos, as pessoas que frequentaram a formação poderiam eventualmente vir a trabalhar com jovens, mas não o estavam a fazer de momento; noutros, a posse de conhecimentos, correctos e aprofundados em maior ou menor grau, sobre sexo e sexualidade não eram acompanhados de uma perspectiva mais teórica ou conceptual, fundamental quando o assunto em questão são Direitos. Isto traduzia-se, na prática, em dificuldades sentidas em vários momentos de estruturação de argumentos e de passagem dos casos concretos à abstracção. Tal dificuldade sugere uma falta de hábito – estrutural – em tratar a sexualidade como um elemento político de pleno direito, para além da abordagem subjectiva ou médico-fisiológica e psicológica.

Outro elemento presente em várias situações de formação foi a diversidade de contextos de origem dos formandos. Esta diversidade operava de forma dupla: por um

lado, enriqueceu as sessões ao permitir relatos na primeira pessoa e assim evitar generalizações abusivas ou quedas em estereótipos. Por outro lado, essas diferenças de experiências permitiram que os formandos se desafiassem mutuamente, colocando em causa conhecimentos que pareciam estabilizados ou tomados como auto-evidentes – algo que funcionou ao nível das representações de género, de sexualidades consideradas não-normativas, e ao nível da diversidade étnica, algo de relevância para alguns contextos de vulnerabilidade social com que, por exemplo, o Programa Escolhas trabalha de perto.

Isto implica reconsiderar ou reformular um dos pressupostos de base deste Projecto: com base nestas observações – e reconhecendo que não constituem uma amostra generalizável –, um obstáculo para a realização dos Direitos Sexuais dos jovens em situação de vulnerabilidade pode ser constituído pelos próprios técnicos e outros educadores que trabalham junto desses jovens e que constituem as suas figuras de referência para estes temas. Não no sentido individual, mas contextual e social: a avaliar por esta amostra de pessoas altamente motivadas e competentes, e portanto potencialmente acima da média expectável para Portugal, existe um défice generalizado de cultura para a cidadania enquanto política, enquanto exercício de direitos e responsabilidades. Este défice é mais forte ainda quando se trata de entender Direitos Sexuais enquanto subconjunto dos Direitos Humanos. Não houve, na generalidade, dificuldades cognitivas por parte dos formandos em apreender os conceitos ou acompanhar as discussões – tratou-se antes de uma falta de habituação em estruturar o pensamento acerca deste tema no contexto sociopolítico. Nessa medida, e segundo o *feedback* de vários formandos durante as formações, o valor destas formações foi também profundamente pessoal para eles.

O conhecimento mais formal não é, no entanto, um *fait accompli*. Apesar de se estar perante um público que dominava o tema do ponto de vista dos saberes médicos, não deixaram de se verificar lacunas no que diz respeito à educação para a diversidade sexual e de género. Ou seja, temáticas que se desviavam demasiado de um padrão heteronormativo e cisgénero criavam entropia nos trabalhos de grupo, e eram os momentos em que mais se tornavam evidentes os diferenciais de prática e formação de algumas das pessoas. Isto foi visível nas formações em Lisboa a que o EU Kids Online teve acesso privilegiado, mas também se pode concluir a partir das memórias descritivas de várias acções de formação decorridas noutros pontos do país (Anexo 3), onde é feito notar o enfoque em questões de saúde sexual, em detrimento das questões de Direitos Sexuais, e onde até grupos inteiros de formandos revelaram nunca se terem questionado sobre o conceito de Direitos Sexuais. Tal

remete para as queixas, já com anos, de professores que tiveram que dinamizar aulas sobre educação sexual e saúde sexual sem que isso estivesse abrangido na formação que receberam, e que apresenta falhas mesmo aos níveis mais elementares.

A reforçar esta conclusão estão as avaliações feitas pelos próprios formandos. Esmagadoramente positivas, elas reforçam a importância destas formações e o quanto constituíram uma mais-valia para eles próprios. Atestam também a qualidade dos materiais e do pessoal da APF que tomou a seu cargo a condução das acções de formação. As memórias descritivas e as avaliações contêm também sugestões que poderão ajudar a melhorar e tornar mais dinâmicas as acções de formação.

Um elemento inesperado e que não consta dessa documentação foi a dificuldade de conseguir gerar inscrições suficientes para, em alguns casos, conseguir iniciar os cursos de formação. Seja por problemas de divulgação eficaz das iniciativas, seja por questões contextuais ou de calendário, conseguir obter inscrições de formandos com o perfil desejado foi mais difícil do que inicialmente previsto, o que também explica a muito maior diversidade entre os formandos. O contexto de crise económica e o calendário de fase final da geração Escolhas podem também ter tornado menos apelativa, a nível institucional, a possibilidade de alocar recursos para enviar pessoas para uma formação sobre algo aparentemente conceptual quanto Direitos Sexuais, ainda que boa parte da formação tenha um carácter prático e de tomada de contacto com ferramentas mobilizáveis no terreno. Pode também relacionar-se com a forma ambivalente como Portugal tem lidado com esta temática: por um lado, um interesse enorme por parte de quem está a lidar com as situações e, por outro, um receio de tomar decisões ou partilhar iniciativas que tenham uma postura mais crítica e que operem enquanto sistemas de capacitação destes jovens.

Manual de Sugestões

O Manual de Sugestões de Atividades Digitais #ON_Sex foi divulgado durante as acções de formação Educação para os direitos sexuais com jovens em ambiente digital, bem como no Seminário de Encerramento.

No Seminário de Encerramento, o Manual teve boa aceitação, tanto de técnicos de inclusão digital, mais diretamente envolvidos com populações sob especial vulnerabilidade económico-social, como por parte de professores e psicólogos presentes no evento, que manifestaram o seu agrado quanto ao formato e espírito do recurso. Considerou-se que o

Manual oferece uma base de trabalho sustentada para estratégias informais de literacia para a saúde sexual, e para abordar as temáticas, tão relevantes no dia-a-dia das escolas, do ponto de vista dos direitos e da cidadania. Por estas razões, embora o Manual tivesse sido desenvolvido tendo em vista uma implementação sobretudo fora do ambiente da escola, a equipa do EU Kids Online recomendou à APF a sua divulgação também entre professores, potencialmente com utilização nesse ambiente, mesmo que fora da sala de aula.

O Manual de Sugestões não é prescritivo nem normativo, antes assenta numa metodologia de aprendizagem através da discussão e apropriação dos recursos pelos grupos específicos, em função dos seus contextos e particularidades. Os recursos que operacionaliza não são construídos com uma matriz prévia, provêm da própria cultura dos jovens, sobre os quais se convida a ter um olhar mais aprofundado e a refletir. Nesse sentido, o Manual oferece um modelo flexível, que pode ser adaptado a diferentes contextos, e mostra potencial para ser atualizado no que diz respeito a referências, *links* e temáticas, respondendo à evolução dos tempos e das próprias dinâmicas culturais.

Apesar dos esforços da APF, não houve sinalização por parte dos formandos sobre a aplicação das atividades do Manual antes do final do projeto, pelo que não foi possível à equipa consultora acompanhar a implementação.

Contudo, é seguro afirmar que este documento constitui um importante recurso para abordar as literacias digitais e da saúde em termos de valores e atitudes, quer pela sua originalidade em termos de abordagem, quer pela abrangência e flexibilidade que permite. Ao utilizar recursos digitais e convidar à consulta e à partilha de conteúdo, e ao incentivar à reflexão sobre conteúdos dos *media*, o Manual dá um contributo para o fortalecimento das competências críticas essenciais na literacia dos *media*, bem como numa cidadania ativa.

Jogo Interactivo

O jogo interactivo encontra-se ainda em fase de testes, pelo que esta análise é preliminar e trata apenas do papel que este desempenhou durante o Projecto.

Um dos elementos mais importantes a retirar da experiência de desenvolver o jogo para este projecto tem que ver com a imponderabilidade tecnológica: devido a problemas impossíveis de prever ao nível técnico, a preparação da plataforma para o jogo teve atrasos que foram para além das expectativas iniciais. Outra parte dessa experiência teve que ver

com a mudança de objectivos e especificações técnicas do jogo. Inicialmente, este estava pensado para operar a partir de CD-ROM ou USB, ou para ser instalado em terminais específicos, onde poderia vir a ser usado para dinamizar actividades que se cruzassem com o Manual de Sugestões. Depois de consulta a parceiros, e a partir da vontade expressa pela equipa do EU Kids Online Portugal de que houvesse forma de recolher estatísticas de utilização a longo prazo, de modo a permitir avaliar do impacto e disseminação da plataforma, decidiu-se alterar a plataforma e alojar o jogo na internet, com um acesso totalmente aberto.

Considerou-se também que este era o modelo que mais fielmente seguia os princípios de acessibilidade e de disseminação descentralizada que tão fortemente marcaram outros produtos criados no contexto desta formação.

Uma vez que o jogo se encontra ainda em versão de testes, não se realizou uma disseminação forte e generalizada, pelo que os dados que se apresentam abaixo reflectem os resultados de uma divulgação mais limitada, em que se apostou num período de cerca de dois meses para testar a plataforma, a recolha de dados e os próprios conteúdos. Os dados que em seguida se apresentam foram recolhidos através da plataforma Google Analytics, configurada para recolher anonimamente os dados do tráfego correspondente às várias páginas do *site* que aloja o jogo. Os dados dizem respeito ao tráfego verificado entre 13 de Dezembro de 2015 e 30 de Janeiro de 2016, inclusive.

Como pode verificar-se, o jogo foi ainda acedido poucas vezes (227 sessões) e por um número relativamente restrito de pessoas (153 utilizadores), mas foi, ainda assim, testado já com alguma profundidade, tendo em conta as mais de duas mil visualizações de página individuais, e a média de quase dez páginas por cada sessão. A duração média das visitas chega perto dos 15 minutos, um número considerável para o contexto de um jogo educativo ainda em testes, mas que pode também dever-se à motivação acrescida de quem acede nesta fase e pretende auxiliar com o teste da plataforma.

Têm também existido acessos que não estão directamente relacionados com pedidos de teste por parte de algum parceiro do projecto, o que leva a crer que, com um esforço mais intenso de divulgação, o jogo poderá facilmente tornar-se conhecido e portanto um recurso conhecido e frequentemente utilizado.

O quadro seguinte mostra quais as páginas mais visitadas, onde se destacam os jogos relacionados com questões de género e sexualidade. Com o passar do tempo e o

aumento da utilização da plataforma, será possível perceber que temas mais apelam aos utilizadores do jogo. Em conjunto com o fluxograma de acesso, pode verificar-se que rapidamente os utilizadores procuraram a função de avaliação que o jogo oferece, e que permite a auto-avaliação dos conhecimentos. Porém, e de acordo com *feedback* recebido pelos vários parceiros informalmente, o facto de o jogo não explicitar quais as respostas certas e erradas dadas – porque o objectivo do jogo é o de produzir reflexão sobre Direitos ao invés de apenas apresentar uma resposta como sendo ‘a correcta’ – gera algum desconforto, já que assim não é possível perceber exactamente que pontos é necessário trabalhar mais aprofundadamente.

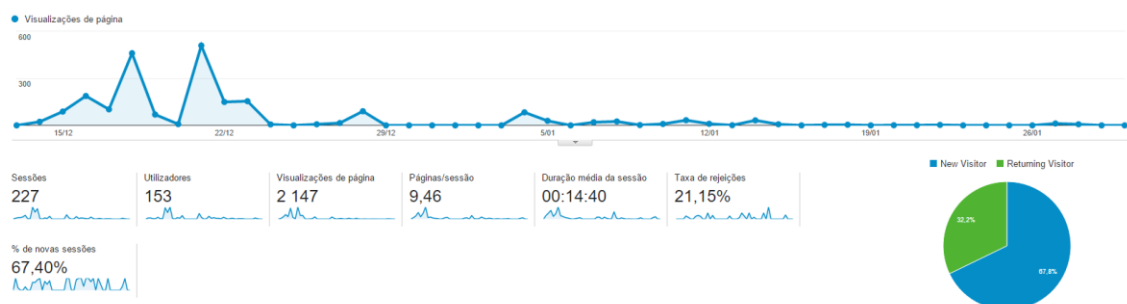


Gráfico 1 – Visitas ao jogo interativo #ON_Sex e dados de resumo




Página ?	Visualizações de página ? ↓	Visualizações de página únicas ?	Tempo médio na página ?	Entradas ?
	2 147 % do total: 100,00% (2 147)	810 % do total: 100,00% (810)	00:01:44 Média por visualização de propriedade: 00:01:44 (0,00%)	227 % do total: 100,00% (227)
1. /genero/1/ 	439 (20,45%)	131 (16,17%)	00:01:34	98 (43,17%)
2. /genero/2/ 	239 (11,13%)	91 (11,23%)	00:02:16	32 (14,10%)
3. /sexualidade/12/ 	231 (10,76%)	60 (7,41%)	00:01:08	18 (7,93%)
4. /planeamento-familiar/4/ 	182 (8,48%)	58 (7,16%)	00:01:44	9 (3,96%)
5. /planeamento-familiar/3/ 	172 (8,01%)	63 (7,78%)	00:01:45	13 (5,73%)
6. /saude-sexual/10/ 	144 (6,71%)	55 (6,79%)	00:01:27	13 (5,73%)
7. /planeamento-familiar/avaliacao/ 	104 (4,84%)	22 (2,72%)	00:02:16	4 (1,76%)
8. /saude-sexual/11/ 	100 (4,66%)	37 (4,57%)	00:01:40	7 (3,08%)
9. /saude-sexual/9/ 	73 (3,40%)	26 (3,21%)	00:02:47	1 (0,44%)
10. /planeamento-familiar/5/ 	65 (3,03%)	37 (4,57%)	00:01:02	1 (0,44%)

Tabela 1 – Visitas ao jogo interativo #ON_Sex, por página; top 10



Fluxograma 1 – Visitas ao jogo interativo #ON_Sex, organizadas por fluxo de acesso

Página de Facebook

Este foi um dos elementos do projecto mais discutido no seu início, no que diz respeito ao formato a adoptar. A ideia original apontava mais para a execução de um grupo secreto de Facebook, onde os jovens que tivessem tido contacto com as iniciativas deste projecto pudessem juntar-se e obter informações que poderiam disseminar junto dos seus pares, mantendo assim a dinâmica com o enfoque na sua capacitação junto de amigos, colegas e vizinhos. No entanto, por questões de privacidade dos próprios jovens, e pelo quão intensivo em termos de mão-de-obra poderia ser a gestão de um grupo secreto, decidiu-se que o modelo de Página seria mais adequado, possibilitando os principais objectivos propostos com este elemento.

A Página foi criada e num primeiro momento divulgada a membros das equipas participantes, a pessoas ligadas ao EU Kids Online e a outras redes de contactos pessoais dos intervenientes no projecto. Quando as acções de formação começaram a ser desenvolvidas, a Página foi divulgada junto dos formandos, para que estes pudessem, por sua vez, convidar os jovens com quem trabalham a juntar-se à Página e ter acesso aos conteúdos lá partilhados.

À altura do fecho deste Relatório, a Página contava com 732 “likes”, 75% dos quais do género feminino e 24% do género masculino, de acordo com a ferramenta *Insights* do Facebook. Por idades, 10% das pessoas do género feminino tinham entre 13 e 24 anos, contra 4% das pessoas do género masculino. No que diz respeito à participação dos utilizadores na página, e tomando os últimos 180 dias de dados¹, a média diária é de 11 interações com conteúdos da Página, com um pico nos dias 3 e 4 de Dezembro, logo a seguir ao seminário de encerramento pública (dia 2 de Dezembro), com uma média de 5 utilizadores por dia a falarem da Página. Para o mesmo período, o alcance médio é de 150 utilizadores, de novo com picos nos dois dias mencionados. As impressões (o número de vezes que algum conteúdo da Página aparece, seja sob que forma for) atingiram uma média diária de 371.

A partir destes resultados é possível concluir dois pontos: a participação activa de utilizadores do Facebook, vista através de comentários ou partilhas, é consideravelmente baixa; e, pelo menos até ao presente momento, o recorte demográfico apresentado pelos utilizadores está bastante deslocado do alvo originalmente pretendido. Isto sugere que o

¹ Limite máximo do Facebook que, para efeitos desta análise, contempla o período entre 26/7/2015 e 22/1/2016, inclusive.

conteúdo pode estar a chegar a pessoas que trabalhem com jovens ou que se interessem pela temática dos direitos sexuais em sentido geral, mas que não está a chegar aos principais destinatários do projecto.

Poderão existir várias razões para isto: os jovens não estarem à vontade para se exporem através das redes sociais partilhando este tipo de conteúdos e colocarem comentários e “likes”; ou não ter sido ainda possível atrair jovens suficientes por falta de divulgação directa junto dos destinatários finais do projecto. Assim, e ainda que este modelo de gestão de conteúdo possa funcionar de acordo com uma lógica de disseminação de material e recursos, a componente participativa e proactiva que se quer fomentar necessita de outra estratégia de comunicação .

Campanhas

No geral, as campanhas tiveram sucesso limitado. As iniciativas que envolveram participação presencial foram muito bem recebidas, e várias das imagens foram partilhadas múltiplas vezes. Ainda assim, não se registaram discussões em contexto da Página do Projecto, o que pode ser explicado através da já referida diferença entre os destinatários finais da Página e as pessoas que efectivamente a tinham subscrito na altura.

Ainda assim, é possível que as partilhas possam ter suscitado conversas sobre Direitos Sexuais, tanto em perfis alheios ou mensagens privadas, como em contactos fora do Facebook. Nesse aspecto, a natureza destas iniciativas dificulta por vezes a recolha de informações que permita compreender o real alcance das campanhas.

Sexualidade em Linha

Não foi possível determinar exactamente quantos contactos foram feitos para a Sexualidade em Linha a partir de actividades relacionadas com este Projecto. No entanto, o facto de este Projecto fazer a ligação entre diferentes recursos demonstra a sua flexibilidade, e ajuda os jovens a decidir por si mesmos que tipo de informação e de materiais necessitam num determinado momento, uma vez que o exercício crítico da cidadania está dependente da percepção, por parte dos jovens, de que recursos existem e como podem ter acesso a eles.

De acordo com os dados fornecidos pelo IPDJ, confirmam-se a nível nacional alguns dos resultados e observações feitas a nível internacional: que há marcas profundamente genderizadas na busca de informação sobre sexualidade e saúde sexual. A responsabilidade de recolher e mobilizar informação sobre os aspectos mais básicos e funcionais da sexualidade e saúde sexual é feita recair primariamente sobre raparigas, reforçando uma performatividade de género normativa, em que elas são as cuidadoras, e eles os curiosos.

Encontros de Jovens

Os Encontros de Jovens, avaliados aqui a partir das memórias descritivas dos eventos e das avaliações entregues pelos jovens participantes, tiveram bastante sucesso. No entanto, há a registar que houve dificuldades de conseguir, inicialmente, jovens suficientes para adesão às iniciativas, mesmo perante as facilidades de transporte e alojamento que foram disponibilizadas. Esta dificuldade pode ter tido que ver com problemas de calendarização do evento, sobreposição com outras iniciativas mais locais, ou por uma disseminação de informação não tão atempada quanto necessário.

De acordo com a informação disponibilizada pela APF, os jovens que participaram nos eventos estavam bastante empenhados e valorizaram consideravelmente a iniciativa. Vários consideraram, à semelhança de quem tinha recebido formação a partir do Referencial, que era importante que existissem estes espaços de reflexão sobre sexualidades. O dinamismo da discussão, e a adesão entusiasta a muitos dos exercícios mostra como eles se adequam a esta faixa etária e aos fins a que se propõem.

Ainda assim, a maioria dos jovens que participaram continuam a não corresponder necessariamente ao *target* final do Projecto: tinham frequência ou conclusão do Ensino Superior e estavam associados a organizações (como a própria APF ou a rede ex aequo). Neste sentido, será ainda necessário explorar mais atentamente a forma como os jovens em situação de vulnerabilidade social, porventura desabituaados de reflectir sobre abstracções em torno de Direitos, ou de ver validado o exercício dos mesmos.

Seminário de Encerramento

O Seminário de Encerramento foi um momento importante de divulgação do Projecto, na medida em que juntou pessoas interessadas de diferentes sectores – entre academia, investigação, docência, saúde e outros – para discutir os vários papéis que as novas tecnologias têm na promoção dos Direitos Sexuais e também na área da igualdade de género e contra a discriminação sexual.

A cobertura noticiosa do evento, principalmente por parte do jornal *Público*, ajudou também a visibilizar o evento.

Para além de dar a conhecer o que foi feito durante o Projecto, o Seminário permitiu aos participantes ficar a saber que ferramentas tinham à sua disposição e quais as lógicas por detrás da sua implementação, abrindo novamente o leque de pessoas informadas sobre as potencialidades destas ferramentas.

Direitos, Vulnerabilidades, Tecnologias e Sexualidades – Tensões e dinâmicas contemporâneas

Na busca da promoção de Direitos Sexuais junto de jovens em situação de vulnerabilidade social, o Projecto #ON_Sex procurou recorrer a recursos e iniciativas que os próprios jovens valorizam e consideram mobilizadores. Nesse sentido, o Projecto produziu ferramentas e recursos sólidos, cuja aplicabilidade e impacto ultrapassa largamente o prazo de encerramento oficial desta iniciativa, e portanto cujo impacto tem de ser considerado a médio e longo prazo, e não apenas no imediato. Será fundamental continuar a acompanhar a implementação destes materiais e assim compreender como se disseminam e crescem estas acções enquadradas dentro de um projecto educativo com objectivos claros.

O Referencial, o Manual de Sugestões e o próprio Jogo Interactivo são produtos educativos com alargado alcance: uns podem ser utilizados em contextos educativos tanto formais como não-formais, e outros podem ser utilizados de forma completamente autónoma por parte de jovens, sem qualquer tipo de supervisão. Todos podem servir como material de consulta, ou podem facilitar actividades mais interactivas e dinâmicas, assentes numa componente grupal.

Ademais, e em especial no caso do Jogo Interactivo, a possibilidade de monitorização automática do seu uso e o facto de estar numa plataforma flexível permitem um acompanhamento progressivo do uso desta ferramenta e, através disso, um trabalho constante de melhoria dos conteúdos e do funcionamento da mesma. Ao invés de um produto fixo e datado, passa a ser possível à APF – por exemplo, através de colaboração com outras entidades – adaptar e actualizar este recurso.

Ao mesmo tempo, e com a recente garantia de que o Programa Escolhas vai entrar brevemente na sua 6ª geração, continuando a permitir o apoio de comunidades de jovens em situação de risco de exclusão social, está aqui uma oportunidade-chave para a mobilização a nível nacional dos recursos assim desenvolvidos, incorporando o Referencial, o Manual e o Jogo na lista de recursos básicos a disseminar aos coordenadores locais.

Ainda assim, existem elementos a melhorar. Em primeiro lugar, na maior parte dos elementos apresentados no Jogo Interactivo e no Manual de Sugestões, a internet é operacionalizada enquanto ferramenta que permite a aquisição de direitos e competências. Ora, ainda que tal seja verdade, as dinâmicas específicas da internet e as variações que

apresenta a problemas que a precedem (e.g.: questões de privacidade não se iniciaram apenas com a internet, mas esta facilita um grau de descontrolo bem superior ao que até então era possível) tomam ainda pouco espaço, e o cruzamento entre Direitos Sexuais e Direitos Digitais necessita de ser mais aprofundado, com mais atenção dedicada à internet como um conjunto de espaços onde os Direitos Sexuais também precisam de ser defendidos e pensados, tal como em espaços físicos. Em segundo lugar, e por razões que estão totalmente fora do controlo de qualquer uma das organizações, o contexto português no que diz respeito à Educação Sexual apresenta peculiaridades importantes que têm impacto para um projecto com estas características. Há uma resistência estrutural à ideia de Educação Sexual, tanto cultural como política, e aquela que existe tem, como pôde ver-se na contextualização que abre este Relatório, falhas graves ao nível da implementação e das próprias orientações recebidas. Por fim, as especificidades culturais de algumas destas comunidades que incluem jovens em contexto de vulnerabilidade social – por pertenças étnicas várias, por exemplo – merecem também uma atenção especial, dado o historial de “racismo subtil” que caracteriza, de acordo com a ONU, o panorama português, tendo em conta o quanto os temas da sexualidade e do género são culturalmente investidos, tanto no Norte Global (Royal Geographical Society 2015) como fora dele.

Não são apenas os jovens em situação de exclusão social que necessitam de uma maior preparação para fazer valer os seus Direitos Sexuais, mas também os adultos (não socialmente excluídos) que necessitam de se responsabilizar por adquirir essa mesma componente de literacia. Uma política baseada em direitos não pode escusar-se a reflectir sobre o reconhecimento – de direitos e de agenciamento político devido a jovens por parte do resto da sociedade, que frequentemente se ocupa mais com a gestão dos seus corpos e sexualidades do que com a promoção dos seus Direitos Sexuais. Nesse sentido, é também importante desafiar dinamizadores comunitários, formadores e gestores de projectos de inclusão social a reflectir sobre o que estes materiais, estas iniciativas e estas perspectivas sobre os Direitos Sexuais lhes podem ensinar.

Bibliografia

- Cardoso, Gustavo, Sandro Mendonça, Tiago Lima, Miguel Paisana, e Marta Neves. 2014. «A Internet em Portugal - Sociedade em Rede 2014». Lisboa: OberCom.
- Ferreira, Pedro Moura. 2010. «Contextos da iniciação sexual - idade, relacionamentos e geração». Em *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos*, editado por Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral, 231–88. Lisboa: Bizâncio.
- Ferreira, Pedro Moura, e Manuel Villaverde Cabral, eds. 2010. *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos*. Lisboa: Bizâncio.
- Marinho, Susana, Zélia Anastácio, e Graça Simões de Carvalho. 2011. «Desenvolvimento e implementação de projectos de Educação Sexual : análise das dimensões biológica, psicológica e social da sexualidade». Em *Atas do VI Congresso Internacional. Maia: AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Socio-Cultural*. Chaves. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12639>.
- Matos, Margarida Gaspar de, Marta Reis, Lúcia Ramiro, Mónica Borile, Enrique Berner, Sandra Vázquez, Electra Gonzalez, et al. 2009. «Educação sexual em Portugal e em vários países da América Latina». *Psicologia, Saúde e Doenças* 1 (10): 149–58.
- Matos, Margarida Gaspar de, Celeste Simões, Inês Camacho, Marta Reis, e Equipa Aventura Social. 2014. «A Saúde dos Adolescentes Portugueses: Relatório do Estudo HBSC 2014». Lisboa: FMH - UL. <http://www.hbsc.org/membership/countries/national%20PDFs/HBSC%20Portugal%20-%20A%20saude%20dos%20adolescentes%20portugueses.pdf>.
- . 2015. «A Saúde dos Adolescentes Portugueses em Tempos de Recessão - Dados nacionais do estudo HBSC de 2014». Venda do Pinheiro: FMH - UL. http://aventurasocial.com/arquivo/1428847863_RELATORIO%20HBSC%202014.pdf.
- Matos, Margarida Gaspar de, Celeste Simões, Gina Tomé, Inês Camacho, Mafalda Ferreira, Lúcia Ramiro, Marta Reis, et al. 2011. «A Saúde dos Adolescentes Portugueses: Relatório do Estudo HBSC 2010». Lisboa: FMH - UL.
- Pais, José Machado. 2012. *Sexualidade e afectos juvenis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ponte, Cristina. 2011. «A rede de Espaços Internet: entre paradoxos e desafios da paisagem digital». *Media e Jornalismo*, n. 19: 39–58.
- Ponte, Cristina, José Alberto Simões, Ana Jorge, e Daniel Cardoso, eds. 2012. *Crianças e Internet em Portugal. Acessos, Usos, Riscos, Mediações: Resultados do Inquérito Europeu EU Kids Online*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- Royal Geographical Society. 2015. «A 60 Second Guide to... The Global North/South Divide».
- Simões, José Alberto, Cristina Ponte, Eduarda Ferreira, Juliana Doretto, e Celiana Azevedo. 2014. «Crianças e Meios Digitais Móveis em Portugal: Resultados Nacionais do Projeto Net Children Go Mobile». Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. https://netchildrengomobile.files.wordpress.com/2015/02/ncgm_pt_relatorio1.pdf.
- Vieira, Cristina Pereira. 2012. «Eu faço sexo amoroso» - *A Sexualidade dos Jovens pela Voz dos Próprios*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Vieira, Paula Cristina Marinho. 2010. «Silêncios simultâneos: currículo e sexualidades». Tese de Mestrado em Ciências da Educação, Minho: Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/14155>.